

Teorias sociais sobre agência: contribuições do feminismo negro e da abordagem das capacidades

Silvana Mariano¹
Márcio Ferreira de Souza²
Lina Penati Ferreira³

Resumo: Nos estudos sobre as vivências das mulheres, por vezes enxergamos puramente subordinação; outras vezes vislumbramos demasiado voluntarismo. É possível uma agenda de pesquisa feminista que realize investigações com mulheres escapando de concepções ontológicas que as tomam universalmente como vítimas, sem capacidade de agir e escolher, ou, outras vezes, atomizadas e com elevada capacidade de transformação? A presente proposta trata da problematização sociológica a respeito das teorias da agência em busca de formulações capazes de orientar estudos que abordam a autonomia de mulheres em situação de pobreza. Partimos das perspectivas críticas feministas, embasando-nos em discussões travadas por intelectuais de diferentes nacionalidades e matizes teóricos que buscaram apresentar um novo ponto de vista acerca dos olhares que emergiram sobre o indivíduo e a individualidade na modernidade. Temos como objetivo informar investigações sobre a autonomia das mulheres em situação de pobreza, em grandes centros urbanos, adotando-se a perspectiva interseccional que leva em consideração, em especial, os cruzamentos de gênero, raça e classe. Nesse empreendimento articulamos contribuições do campo do feminismo negro com a abordagem das capacidades e a sociologia da reflexividade. Com este esforço, estamos compondo uma moldura explicativa que nos permita acessar as percepções que nossas entrevistadas apresentam sobre suas trajetórias e aspirações de vida, observando um repertório de narrativas que interconectam as relações de gênero, de classe, de trabalho e da família.

Palavras-chave: feminismo; autonomia feminina; pobreza.

¹ Universidade Estadual de Londrina, doutora em Sociologia pela UNICAMP e professora adjunta do Departamento de Ciências Sociais da UEL, silvanamariano@gmail.com

² Universidade Federal de Uberlândia, doutor em Sociologia pela UFMG e professor associado do Instituto de Ciências Sociais da UFU, marcfs@uol.com.br

³ Universidade Estadual de Londrina, mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UEL, linapenati@gmail.com

Introdução

O lugar que a noção de indivíduo ocupa na teoria sociológica e no pensamento político encerra questões que interconectam os debates sobre agência e sobre desenvolvimento. Esses debates se deparam com questões que por vezes são lançadas pelo feminismo e por vezes desafiam o feminismo. Da crítica formulada a partir do feminismo negro encontram-se reivindicações por uma teoria feministas que “não seja informada pela ideologia do individualismo liberal” (hooks, 2015, p. 201). Entre estudos feministas sobre família encontram-se acusações de que perspectivas feministas informadas pela noção de individualização estariam presas a vieses de classe que não abarcam as experiências das mulheres e das famílias trabalhadoras ou das camadas populares (SARTI, 2004; TRAD, 2010). Há ainda as críticas dirigidas ao colonialismo que veem noções como liberdade individual e igualdade como próprias de um pensamento eurocêntrico e, enquanto tal, também opressor. Tais noções, quando incorporadas em projetos internacionais de desenvolvimento, não respeitariam as diferenças culturais e a pluralidade e sustentariam, ainda, um tipo nocivo de paternalismo⁴.

A síntese que pode ser feita desses debates é de que, no interior dos estudos e da política feminista, há um incômodo persistente com as categorias do pensamento liberal. Deste incômodo resultam críticas e recusas à noção de individualização. Não obstante tais críticas, e sem querer desprezar a importância delas para colocar em relevo certas limitações dos projetos de desenvolvimento, nosso argumento pretende sustentar que o ideal de autonomia feminina exige que se mobilize, de modo crítico, noções que são herdadas do liberalismo político.

Em outros momentos, já discorreremos sobre as críticas do feminismo ao sujeito universal, abstrato, masculino, proprietário e heterossexual (MARIANO, 2005 e 2008). Para os propósitos deste momento precisamos acentuar que uma teoria e uma política feministas que pretendam atribuir alguma potência à capacidade de ação das mulheres devem ser crítica às noções políticas erigidas no interior do pensamento liberal, mas não podem aderir à recusa dessas noções.

Badinter (BADINTER, 2005), em diálogo com o feminismo radical de origem estadunidense, critica as correntes feministas que, na ansiedade de amplificar seu poder de

⁴ Parte das críticas à agenda do desenvolvimento pode ser encontrada em: CORNWALL, Andréa; HARRISON, Elizabeth; WHITEHEAD, Ann. Introdução: reposicionando feminismos em gênero e desenvolvimento. Revista Feminismos, v. 1, n. 1, 2012.

Sobre um diálogo entre as críticas ao colonialismo e a defesa de uma concepção feminista de desenvolvimento universalista, ver: NUSSBAUM, Martha Craven. Las mujeres y el desarrollo humano. Herder Editorial, 2012.

denúncia, adota, muitas vezes sem se dar conta, concepções políticas que vitimizam ou infantilizam todas as mulheres. As agendas feministas que dão destaque a temas como violência contra a mulher, assédio e estupro incorreriam frequentemente em abordagens vitimistas. Podemos interpretar o questionamento levantado por Badinter como a reivindicação por uma abordagem que reconheça o agenciamento feminino, isto é, que reconheça as mulheres como seres dotados da capacidade de agir e de realizar escolhas. Encontramos o mesmo tipo de reivindicação também em autoras como Angela Davis (2016) e hooks (2015). As abordagens que vitimizam ou infantilizam as mulheres são igualmente aquelas que adotam o mito da fragilidade feminina, e tal mito é informado por referências de classe e de raça (DAVIS, 2016 e hooks, 2015). De comum entre essas posições vemos a defesa de um feminismo que opere com noções e categorias que deem conta da diversidade das mulheres e que as reconheça como agentes. Se há algum acordo em torno dessas reivindicações, concordaremos que a autonomia feminina passa pela agência e que não existe agência sem individualização.

Neste ponto nos encontramos com a abordagem das capacidades como suporte de uma teoria da justiça universalista que oriente as políticas de desenvolvimento.

Indivíduo e agência na teoria da estruturação e na abordagem das capacidades

Tratar de temáticas relacionadas ao indivíduo e sua agência não é uma novidade na sociologia. Dentro dos debates desta área, sempre houve aqueles que entendessem o indivíduo enquanto unidade básica de análise da sociologia. Do outro, havia aqueles que afirmavam que o indivíduo não poderia representar o objeto sociológico em si, mas seriam as relações mais estruturais ou sistêmicas o verdadeiro foco de interesse. O cenário em meados do século XX era de uma sociologia marcadamente dividida entre defensores de teorias mais “estruturais” e objetivistas e teorias mais “individualizadas” e subjetivistas. De um lado, estava o funcionalismo e o estruturalismo, que, apesar de algumas diferenças, compartilhavam um ponto de vista naturalístico e objetivista, além da ideia de que o todo é maior que as partes ou de que a sociedade é mais relevante que os sujeitos sociais. E, na outra ponta, estavam a hermenêutica e as linhas interpretativistas que negam qualquer aproximação entre ciência natural e social e que colocam a experiência subjetiva no centro das análises, dando pouca ou nenhuma atenção ao poder de coerção das estruturas (GIDDENS, 2003).

Na tentativa de amenizar essa separação demarcada, uma série de teorias passou a buscar uma saída ao império da estrutura ou ao império do sujeito (GIDDENS, 2003; BOURDIEU, 2007). Para Giddens, o ponto é que o objeto de estudo da sociologia não deve ser

"a experiência do ator individual nem a existência de qualquer forma de totalidade social, mas as práticas sociais ordenadas no espaço e no tempo" (GIDDENS, 2003, p. 2). A tentativa do autor é por desenvolver uma teoria que não sufoque ou acabe com a autonomia do indivíduo, sem que, para isso, tenha que se abrir mão de pontuações específicas sobre certas condições sociais previamente determinadas no âmbito social.

Assim, a noção de agente proposta pela teoria da estruturação de Giddens envolve "aspecto inerente do que [esses agentes] fazem, a capacidade para entender o que fazem enquanto o fazem" (GIDDENS, 2003, p. XXV). Nessa concepção estão incluídas as capacidades reflexivas do cotidiano, que estão diretamente relacionadas à consciência prática, à capacidade de agir e à consciência discursiva, à capacidade de refletir e explicar o próprio agir. Assim, o monitoramento reflexivo é uma característica da ação cotidiana do próprio indivíduo, bem como a racionalização da ação, que se faz presente por meio de um "entendimento teórico" que o agente tem das bases de suas atividades – o que não significa poder explicar as bases de sua racionalidade discursivamente, como esperam alguns autores (GIDDENS, 2003).

Mais específica é a noção de agência proposta pelo mesmo autor. Ela "não se refere às intenções que as pessoas têm ao fazer as coisas, mas a capacidade delas para realizar essas coisas em primeiro lugar" (GIDDENS, 2003, p. 10). Envolve a ideia de escolha para agir de modo diferente, ou até mesmo não agir – caso seja uma escolha. Mas aqui vale atentar para o fato de que motivações e ações não são as mesmas coisas. Como afirma Giddens (2003, p. 11), posso ser "autor de muitas coisas que não tenho a intenção de fazer e que posso não querer realizar, mas que, não obstante, *faço*. Inversamente, pode haver circunstâncias em que pretendo realizar alguma coisa, e a realizo, embora não diretamente através de minha "agência" (GIDDENS, 2003, p. 11).

Margaret Archer (2011), por sua vez, também se dedica a esse clássico desafio sociológico e, travando controvérsias com Bourdieu e Giddens, se dedica à produção de um arranjo teórico que dê conta de explicar relação entre *habitus* e reflexividade. Autores que se dedicam a essa empreitada compartilham da avaliação de que, a despeito das promessas, a sociologia de Bourdieu se revela ainda predominantemente determinista, enquanto a sociologia de Giddens, em contraposição, exageraria a capacidade de agência do indivíduo. Archer pretende avançar nesse terreno com a análise morfogênica, operando com o entrelaçamento da estrutura, da cultura e da agência. Estas são coisas que se entrelaçam, mas não são inseparáveis. Uma concepção deste tipo oferece-nos contribuições para explicações sobre a

relação entre mudança e conservação social, além de entrelaçar também diferentes níveis de análise, o micro, o *meso* e o macrossocial.

O arcabouço de Archer nos oferece uma moldura explicativa para as formas de ação das mulheres, tendo em vista a questão central em torno da relação entre *habitus* e reflexividade. Como essas mulheres agem em seus respectivos contextos? Como suas trajetórias são marcadas por constrictões sociais como também por escolhas? Como tratar do peso dos sistemas de classe, de gênero e de raça? Para Archer (2011, p. 159), “as influências da ordem social sobre a agência não devem ser localizadas nem *inteiramente no interior dos agentes* nem *inteiramente fora deles*”.

Quando nos dedicamos às investigações sobre autonomia feminina em contextos de pobreza urbana, há um pano de fundo do interesse de nossa agenda de pesquisa que envolve o tema da mudança social. Para o tratamento desta questão, nos apoiamos novamente em Archer. Para a autora, “todas as propriedades estruturais encontradas em qualquer sociedade são continuamente dependentes da atividade. Não obstante, é possível separar estrutura e agência por meio do dualismo analítico e examinar suas relações de forma a dar conta da estruturação e reestruturação da ordem social” (ARCHER, 2011, p. 161-2). Neste processo ocorre uma dupla morfogênese, a transformação da estrutura e da agência, o que deve ser explicado tanto em termos diacrônicos como sincrônicos.

Ainda para Archer (2011, p. 179),

A única maneira de explicar com alguma precisão o que as pessoas fazem, em vez de recorrer a correlações entre pertencimento grupal e padrões de ação, cujo poder de explicação, via de regra, deixa a desejar, será atingir o equilíbrio certo entre poderes emergentes pessoais, culturais e estruturais. Para dar conta tanto da variabilidade como da regularidade nos cursos de ação tomados por aqueles situados em posições similares, é preciso reconhecer nossa singularidade como *pessoas*, sem negar que nossa socialidade seja essencial para que sejamos reconhecíveis como *pessoas humanas*.

Para nossos propósitos do momento, devemos destacar que os estudos feministas, com as críticas às noções como objetividade, subjetividade, sujeito, classe social, entre outras contribui significativamente para esses empreendimentos de reformulações teóricas (MARIANO, 2008).

A noção de agência, mesmo em suas variações entre Giddens e Archer, está próxima do conceito de capacidades desenvolvido por Amartya Sen (2012) e Nussbaum (2002). Na lógica de Sen, a vida é entendida como um conjunto de modos de ser e exercer atividades. Dessa forma, a avaliação da vida é a avaliação das capacidades de se efetivar essas atividades e funcionamentos. Se, por um lado, os funcionamentos são elementos constitutivos da vida, por

outro, as capacidades são as combinações de funcionamentos que uma pessoa pode atingir, sendo que as capacidades são centrais, pois refletem a liberdade de escolher o modo de viver. Assim chegamos a três conceitos-chaves para o enfoque das capacidades: funcionamento, capacidade e liberdade (SEN, 2012). Por funcionamento Sen entende os estados e ações inter-relacionados das pessoas, que abrangem desde questões nutricionais até a participação na vida comunitária. Seriam exemplos de funcionamento desde o fato de ter uma nutrição adequada, de não estar doente ou a perspectiva de se evitar a morte prematura, até questões mais abrangentes, como ser feliz, ter respeito próprio, participar da vida em comunidade, entre outros (SEN, 2012).

A ideia de capacidade está diretamente ligada e próxima à de funcionamentos. A capacidade é um conjunto de variáveis (funcionamentos) relevantes para o bem-estar de uma pessoa (AZEVEDO; BURLANDY, 2010). Sen (2012) toma a comparação entre orçamento e capacidades como exemplo, isto é, “da mesma forma que um ‘conjunto orçamentário’ no espaço de mercadorias representa a liberdade de uma pessoa para comprar pacotes de mercadorias, um ‘conjunto capacitário’ reflete, no espaço de funcionamentos, a liberdade da pessoa para escolher dentre vidas possíveis” (SEN, 2012, p. 80).

É dessa forma que a ideia de liberdade já aparece como central na teoria de Sen. Significa as oportunidades reais para realizar os funcionamentos, isto é, a liberdade para escolher a vida que deseja ser vivida. Liberdade deixa de ser então um meio, um “pacote de bens primários”, e passa a ser vista como fim, como o conjunto capacitário que permite ou não que a pessoa converta funcionamentos em bem-estar. Assim, para Sen, há um abismo entre “o fazer” e “o escolher fazer e se assim desejado, fazê-lo”. Por exemplo, o jejum é a escolha sobre não comer. Assim, o indivíduo utilizou-se de sua liberdade, de seu “conjunto capacitário”, para tomar tal decisão; situação muito diferente daquele que “passa fome”, em que o não comer não é uma escolha, mas a única realidade possível (SEN, 1993, 2012).

A aproximação da ideia de agência de Giddens (2003) e de capacidade de Sen (2012) nos parece viável uma vez que ambos estão tratando do indivíduo enquanto um ser que possui a possibilidade de agir, e não o entende enquanto um “drogado sistêmico” como algumas teorias chegaram a afirmar, isto é, um indivíduo sem capacidade para atuar frente a estruturas, sistemas, coerções, etc. Outra aproximação possível se dá pelo refinamento de ambas as perspectivas em distinguir a ação da vontade de agir ou da capacidade de agir.

A teoria da estruturação, porém, vai além do reconhecimento da agência. Giddens (2003) adiciona em sua proposta o conceito de agência relacionado à concepção de poder. Assim como em Bauman, agência, capacidade, liberdade e poder estão estritamente

relacionados, pois “quanto maior minha margem de manobra, maior o meu poder. Quanto menos liberdade de escolha tenho, mais fracas são minhas chances de luta pelo poder” (BAUMAN, 2008, p. 47). Enquanto as teorias estruturalistas e objetivistas partem do pressuposto de que, quando há coerção ou quando o indivíduo “não tem escolha”, não há uma ação, como se suas atitudes fossem sempre reações, a noção de agência oferece um caminho para compreender a ação do indivíduo. Então, “a ação depende da capacidade do indivíduo de ‘criar uma diferença’ em relação ao estado de coisas ou curso de eventos preexistente. Um agente deixa de o ser se perde a capacidade para ‘criar uma diferença’, isto é, para exercer alguma espécie de poder” (GIDDENS, 2003, p. 17). Nesse sentido é que as concepções de agência e poder até agora apresentadas podem se alinhar ao que parte da teoria feminista vem ressaltando.

A abordagem das capacidades, muito frequentemente atribuída a Sen, conta também com importantes contribuições de Martha Nussbaum (2002) colocando as mulheres no centro dos debates sobre desenvolvimento⁵. Um dos aspectos que Nussbaum destaca de sua obra é a vinculação que ela faz entre a abordagem das capacidades e o liberalismo político. Com isto, queremos chamar atenção para o fato de que esta abordagem, a exemplo das teorias da agência, concede valorização especial às escolhas, ou preferências, para empegar o conceito adotado por Nussbaum. Portanto, o indivíduo é um tópico especial de reflexão nessas concepções. Ao tratar das capacidades humanas e seu vínculo com os desafios para o desenvolvimento humano, Nussbaum defende uma análise que considere os aspectos econômicos, institucionais e emocionais. Tal abordagem é compatível com aquela defendida por Archer que opere com o entrelaçamento entre estrutura, cultura e agência.

Como aponta Nussbaum (2002, p. 28),

con demasiada frecuencia se trata a las mujeres no como fines en sí mismos, como personas con una dignidade que merece respeto por parte de la leyes e de las instituciones. Por el contrario, se las trata como meros instrumentos para los fines de otros: reproductoras, encargadas de cuidados, puntos de descarga sexual, agentes de prosperidade general de una familia. A veces, este valor instrumental es fuertemente positivo; otras veces, puede ser realmente negativo.

Seu enfoque das capacidades pressupõe a consideração das mulheres como indivíduos e exige, como centro normativo de sua teoria, que se tome as mulheres como um fim em si mesmas. Considerando a constatação de que as desigualdades entre os sexos é um fenômeno

⁵ Embora Sen tenha alcançado grande notoriedade com a abordagem das capacidades, interessa-nos igualmente os aportes de Nussbaum para essa abordagem. Aqui não teremos espaço e oportunidade para discorrer sobre as aproximações e distanciamentos entre as duas propostas.

global, bem como as indicações das fortes correlações entre desigualdades de gênero e pobreza, Nussbaum (2002, p. 31-2 – tradução nossa) incita que

o pensamento político e econômico internacional deve ser feminista, atento, entre outras coisas, aos problemas especiais que as mulheres enfrentam por causa de seu sexo em quase todas as nações do mundo, problemas sem cuja compreensão não se pode enfrentar corretamente os temas da pobreza e do desenvolvimento.

Nussbaum (2002, p. 64 – tradução nossa) também tem alertado que “é crucial compreender como o contexto marca tanto a escolha como a aspiração” na formação das “preferências adaptativas” ou “deformação das preferências”. Se desenvolvimento significa ampliação das liberdades e se as liberdades são dimensionadas com referências às opções de escolhas ao alcance dos indivíduos, considerando-se aí as desigualdades na distribuição dessas oportunidades, decorre então que uma teoria da agência é indispensável e incontornável para o tratamento dessas questões. Essa agenda coloca em evidência também as peculiaridades dos grupos sociais que historicamente encontram mais obstáculos para o reconhecimento de seu status de indivíduo, no que se incluem as mulheres, os negros e os pobres.

A base filosófica universalista de Martha Nussbaum (2002), sensível ao pluralismo e às diferenças culturais, é fundamental para entender sua preocupação na relação entre justiça social e mulheres. Ao elencar um série de pontos em que as mulheres se encontram em desvantagens – maior desnutrição, piores índices de saúde, maiores vulnerabilidades à violência, desigualdade no mercado de trabalho, entre outros –, a autora sustenta o argumento de que as mulheres necessitam de maior apoio no que se refere ao desenvolvimento das capacidades. Assim, segundo ela, “*de todas estas maneras, las desiguales circunstancias sociales y políticas dan a las mujeres capacidades humanas desiguales*” (NUSSBAUM, 2002, p. 28).

Ao tratar da importância da conquista do *status* de indivíduo pela mulher, Danielle Ardaillon e Teresa Caldeira (1984, p. 5) afirmam que,

a mulher não é um indivíduo pleno. Esta categoria aplicada à sua situação só revela uma série de inexistência, uma sequência vazia; é pela negativa que se pode falar da mulher como sujeito: ela é o Outro. Entretanto, é esta mesma categoria de indivíduo a que a mulher não corresponde, que permite forjar o projeto de sua libertação. É o que permite fundamentar a sua revolta, o parâmetro que permite estabelecer que a mulher deve lutar para *se fazer*, a referência sobre a qual se assenta a sua pretensão de igualdade, uma vez que é identificada com a condição humana.

Ecoa a voz do feminismo negro

Diversas autoras representantes do feminismo negro apresentaram relevantes contribuições para as abordagens teóricas de gênero e para as pautas feministas. Desse modo, entendemos a importância do feminismo negro para a elucidação das teorias sociais sobre a agência. O sentido de “feminismo negro”, aqui exposto, diz respeito ao seu significado sociológico, atribuído por Patricia Hill-Collins (2016) pelo entendimento de que “consiste em ideias produzidas por mulheres negras que elucidam um ponto de vista de e para mulheres negras” (HILL-COLLINS, 2016: p. 101). Essa autora adverte sobre a impossibilidade de disjunção entre “estrutura e conteúdo temático de pensamento das condições materiais e históricas que moldam as vidas de suas produtoras”, reforçando desse modo que, embora seja produzido por mulheres negras, o feminismo negro pode ser descrito por outras pessoas. Um ponto importante em relação ao pensamento feminista negro é que Hill-Collins se posiciona frente ao fato de que as mulheres negras “defendem um ponto de vista ou uma perspectiva singular sobre suas experiências e que existirão certos elementos nestas perspectivas que serão compartilhados pelas mulheres negras como grupo” (HILL-COLLINS, 2016: p. 102).

Essa percepção é um elemento que aproxima diversas pensadoras do feminismo negro, também, no sentido de que ao vivenciarem sua experiência da “negritude”, chamam atenção para o fato de que a reflexão sobre a questão de gênero, quando provinda de intelectuais feministas de origem branca, deve ser construída de maneira a não se negligenciar a importância da articulação da raça com uma série de variáveis significativas (classe, região, idade, orientação sexual) que, por sua vez, no dizer de Hill-Collins, “moldam as vidas individuais de mulheres negras”, apresentando “resultado em diferentes expressões desses temas comuns” (HILL-COLLINS, 2016: p. 102).

Sob esse aspecto é significativa a crítica de bell hooks à obra *A mística feminina*, de Betty Friedan, publicada em 1963. Apesar de ser uma obra ainda reverenciada como “o livro que abriu caminho para o movimento feminista contemporâneo”, hooks a vê como uma reflexão elaborada como se um considerável contingente de mulheres não existisse. A autora está se referindo às mulheres “que são mais vitimizadas pela opressão machista”, aquelas que são “agredidas todos os dias, mental, física e espiritualmente” e se encontram em situação de impotência para a mudança de sua condição na vida. Complementa hooks que “estas são a maioria silenciosa. Uma marca de sua condição de vítimas é que o fato de aceitarem sua sina na vida sem questionamento visível, sem protesto organizado, sem fúria ou raiva coletivas” (hooks, 2015: 193). Segundo hooks,

Friedan transformou suas dificuldades e as de mulheres brancas como ela em sinônimo de uma condição que afetaria todas as mulheres nos

Estados Unidos. Ao fazê-lo, desviou a atenção de seu classismo, seu racismo, suas atitudes sexistas em relação à massa de mulheres norte-americanas. No contexto de seu livro, ela deixa claro que as mulheres que considerou vítimas de sexismo eram mulheres brancas com formação universitária que foram obrigadas pelo condicionamento sexista a permanecer em casa (HOOKS, 2015: 194).

Tal crítica, conduzida por hooks a Betty Friedan, é também direcionada de modo mais generalizado às mulheres brancas que dirigem o movimento feminista contemporâneo no sentido de que estas “raramente questionam se sua perspectiva sobre a realidade da mulher se aplica às experiências de vida das mulheres como coletivo” (hooks, 2015: 195), ainda que venha a registrar a emergência de uma consciência mais elevada sobre os preconceitos de raça e classe nos últimos anos, no âmbito do movimento feminista. O resultado da “recusa feminista” em atentar para as hierarquias sociais, contribuiu para a negligência da articulação entre raça e classe. Neste sentido, hooks defende a argumentação de que “apenas se analisando o racismo e sua função na sociedade capitalista é que pode surgir uma compreensão profunda das relações de classe. A luta de classes está indissolivelmente ligada à luta para acabar com o racismo” (hooks, 2015: 215-216).

Tomando hooks como referência, podemos observar que um ponto de partida para a reflexão sobre a dimensão da autonomia pode ser identificado em um campo de oposição que nos conduz ao questionamento sobre a que a autonomia se contrapõe. Interessa-nos refletir sobre a dimensão sociológica e política da autonomia, fundamentando-nos nas perspectivas feministas, em particular o próprio feminismo negro, que tem levado a cabo a abordagem crítica e desconstrucionista do termo.

Do ponto de vista teórico, hooks contribui para a possibilidade de reflexão sobre a própria condição das mulheres em situação de pobreza no Brasil. Para tratarmos da questão da autonomia dessas mulheres, é fundamental considerarmos a perspectiva interseccional, que garantirá, do ponto de vista empírico, compreendermos com mais clareza a realidade específica de tais mulheres.

Se hooks reconhece a conexão raça e classe como condição *sine qua non* para a questão feminista, Patricia Hill-Collins lança um olhar sobre a problemática seguindo em direção similar, ao enfatizar, por sua vez, que

embora o ponto de vista de mulheres negras exista, seus contornos podem ainda não se dar de forma clara para as próprias mulheres negras. Logo, um papel para mulheres negras intelectuais é o de produção de fatos e de teorias sobre a experiência de mulheres negras que vão elucidar o ponto de vista de mulheres negras para mulheres negras. Em

outras palavras, o pensamento feminista negro contém observações e interpretações sobre a condição feminina afro-americana que descreve e explica diferentes expressões de temas comuns (HILL-COLLINS, 2016: 102).

O percurso argumentativo, percorrido por Hill-Collins, considera o ponto de vista histórico como importante para a compreensão da construção de um “pensamento feminista negro”, tendo em vista a produção intelectual de mulheres negras, pautada em uma tradição de base oral, criada por “mulheres negras comuns”, comprometidas com seus múltiplos papéis sociais (mães, professoras, músicas e pastoras). Sob esse ponto de vista específico, Hill-Collins se posiciona contrária à definição de “pensamento especializado”, segundo Berger e Luckmann destacam em seu clássico *A construção social da realidade*, calcados na sugestão de que uma “teoria pura” emerge a partir de “teorias legitimadoras especializadas”. Num sentido oposto, a autora busca argumentar, em consideração a uma “sabedoria tradicional”, entendendo-a como uma espécie de saber que diz respeito a “um sistema de pensamento e que reflete as posições materiais de seus praticantes”. Daí a importância do reconhecimento das lutas, da oralidade, das tradições das mulheres negras.

Aprender com a *outsider within* (que em traduções literais corresponderia a “forasteiras de dentro” ou “estrangeiras de dentro”), significa, para Hill-Collins, considerar o lugar de fala, as experiências singulares de mulheres negras, tal como observa ao fazer referência à própria bell hooks que escreveu, a partir de um relato sobre sua infância em uma pequena cidade de Kentucky: “viver como vivíamos, na margem, acabamos desenvolvendo uma forma particular de ver a realidade. Olhávamos tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora... compreendíamos ambos” (hooks, 1984: vii *apud* HILL-COLLINS, 2016: 100).

O sentido que carrega a expressão *outsider within*, encontra respaldo nas trajetórias de mulheres negras que, historicamente, vieram ocupando posições marginais em ambientes marcados por grupos dominantes brancos, exercendo funções de cuidados domésticos, se responsabilizando pela limpeza das casas, pela cozinha, pelos cuidados das crianças das famílias brancas, além de oferecerem “importantes conselhos aos seus empregadores e, frequentemente, tornavam-se membros honorários de suas ‘famílias’ brancas”. Assim, “essas mulheres viram as elites brancas, tanto as de fato como as aspirantes, a partir de perspectivas que não eram evidentes a seus esposos negros ou aos grupos dominantes” (HILL-COLLINS, 2016: 99). O acesso de mulheres negras ao ambiente acadêmico, não significou diretamente uma libertação de tal condição de *outsider within*, tendo em vista que ao longo de muitas décadas, vieram, também, ocupando papeis marginais na academia. Paradoxalmente, a despeito de tal condição, “esse status de *outsider within* tem proporcionado às mulheres afro-americanas

um ponto de vista especial quanto ao self, à família e à sociedade” (HILL-COLLINS, 2016: 100).

Voltando à observação de Hill-Collins acerca do olhar sobre as mulheres negras como importante em seu processo de construção a partir da articulação com outras dimensões da vida social, cabe-nos destacar que determinadas intelectuais representantes do feminismo negro chamaram atenção similar, a exemplo das afro-americanas Angela Davis (2016), Kimberlé Crenshaw (2002), bell hooks (2015) e, no caso brasileiro, de Sueli Carneiro (2005) e Lélia Gonzáles (1984). São teóricas que valorizam a perspectiva da interseccionalidade, à medida que partem da compreensão de que as mulheres vivenciam modos e situações de opressão em grau e intensidade diferenciados. Um argumento geral, que conduz as interpretações ou explicações sobre as variações das formas de opressão, aqui pensado como tema fundamental da teoria da interseccionalidade, está calcado na ideia de que ainda que todas as mulheres possam experimentar a opressão, sob o princípio das teorias de gênero, elas se encontram em diferentes contextos que emergem como dispositivos de desigualdades sociais. Tratam-se de interseções com múltiplas dimensões da vida social, cuja variação irá impactar qualitativamente as experiências singulares das mulheres.

Angela Davis, por exemplo, empenhou-se, numa série de artigos, em abordar a interseção entre as dimensões de gênero, raça e classe, atentando para a intensificação do grau de opressão a que estão sujeitas as mulheres negras em relação às mulheres brancas, ou mesmo das mulheres brancas trabalhadoras em relação às mulheres de classe média.

A categoria da interseccionalidade, da maneira como foi abordada por Kimberlé Crenshaw (2002), se configura como conceituação que possibilita uma compreensão das várias formas de associações de múltiplos sistemas de subordinação, que recebem várias denominações: “discriminação composta”, “cargas múltiplas”, “dupla ou tripla discriminação”. Segundo Crenshaw (2002, p. 177):

É uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Intelectuais negras, no Brasil, também atentaram para a dimensão da interseccionalidade. A despeito da pioneira Lélia Gonzáles, que no texto *Racismo e sexismo na cultura brasileira* (1984) apresenta uma longa epígrafe extraída de Frantz Fanon, partindo da

problemática aventada por esse autor martinicano com o propósito de abordar a identificação do dominado com o dominador a fim de estabelecer fontes explicativas para uma melhor compreensão acerca da questão racial e do sexismo na cultura brasileira, contribuindo, desse modo, com o processo de desconstrução da propagada e cristalizada ideia de “democracia racial” no Brasil ou com o “esquecimento” das categorias raça e sexo na compreensão de nossa formação cultural, conforme identificada nas leituras que faz de intérpretes do Brasil como, respectivamente, Gilberto Freyre e Caio prado Júnior. A categoria de interseccionalidade, que é apontada como uma problemática relevante em Kimberlé Crenshaw, na década de 1990, para a reflexão sobre as condições das mulheres negras, já se fazia presente em Lélia Gonzáles, senão pelo uso do termo específico, mas pelo significado por ele carregado.

Pensar as teorias sociais sobre a agência a partir das contribuições do feminismo negro e das perspectivas sobre a interseccionalidade, tão propagadas por essa corrente de pensamento, nos possibilita compreender com mais clareza os dispositivos de desigualdades como estruturas hierárquicas calcadas em relações de poder. A proposta teórica de Crenshaw em sua abordagem sobre a interseccionalidade, bem como das outras autoras negras aqui citadas, que se dedicaram às reflexões sobre as condições de opressão das mulheres, aponta para o forte vínculo entre ideologia e poder que se estabelece em favorecimento do controle de grupos de dominantes sobre os seus subordinados alimentando, dessa maneira, justificativas, nem sempre muito claras, para os dispositivos de opressão.

Considerações Finais

O objetivo deste trabalho foi elucidar algumas abordagens sobre autonomia e agenciamento na teoria social e feminista, por entendermos que estas podem contribuir nas pesquisas com foco na situação de mulheres pobres. Diferente do que tradicionalmente se afirmou, pessoas em situação de pobreza possuem, ainda que com certos constrangimentos, possibilidades de agir. As noções debatidas neste texto, como indivíduo, agência, autonomia, capacidades e interseccionalidade, compõem um arcabouço teórico para lidar com esse tipo de temática.

A combinação de teorias que dão centralidade à capacidade de agir do indivíduo, mesmo frente a barreiras e estruturas, nos parece uma saída para lidarmos analiticamente com a problemática relativa às mulheres em situação de privação. Além disso, ao evocar as contribuições do feminismo negro, nos deparamos com uma realidade multifacetada, isto é, na qual as categorias como gênero, raça e classe devem estar disponibilizadas de modo a se

articularem para, desse modo, melhor contribuir para a possibilidade de efetivação de análises que garantam abarcar com mais precisão a complexidade que caracteriza a problemática em questão.

De todo modo, ainda resta saber qual de fato é a realidade das mulheres em situação de pobreza nos grandes centros urbanos brasileiros. Como essas mulheres tem lidado com as situações de privação a que estão expostas? Quais as possibilidades de agenciamento nessas condições? Quais estratégias têm sido mobilizadas nas tentativas de melhoria de vida? Essas são questões que devem ser verificadas empiricamente, para que sejam melhor respondidas, sem que se perca o horizonte teórico aqui abordado.

Referências

- ARCHER, Margaret S. Habitus, reflexividade e realismo. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 54, n. 1, p. 157-206, 2011.
- _____. Realismo e o problema da agência. *Estudos de Sociologia*, v. 2, n. 6, p. 51-75, 2014.
- ARDAILLON, Danielle e CALDEIRA, Teresa. Mulher: indivíduo ou família. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, v. 2,4, p. 2-10, abril 84.
- BADINTER, Elisabeth. *Rumo equivocado: o feminismo e alguns destinos*. Editora Record, 2005.
- BAUMAN, Z. *A sociedade individualizada: Vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- BOURDIEU, P. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- CARNEIRO, Aparecida Sueli. *A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Tese (doutorado) em Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.
- COLLINS, P. H. Aprendendo com a *outsider within*: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, Brasília, v. 31, n. 1, p. 99-127, jan./abr. 2016.
- CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*, vol. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.
- DAVIS, A. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2016.
- DURKHEIM, É. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 1977.
- FRIEDMAN, B. *A mística feminina*. Rio de Janeiro: Vozes, 1971.
- GIDDENS, A. *A constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.
- GONZÁLES, L. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, Anpocs, p. 223-244, 1984.
- HOOKS, B. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 16, p. 193–210, 2015.
- _____. *Feminism is for everybody: Passionate politics*. Cambridge, MA: South End Press, 2000.
- _____. *Feminist theory from margin to center*. Boston, MA: South End Press, 1984.

- _____. Intelectuais negras. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 3, n. 2, p. 464-478, 1995.
- MARIANO, Silvana. O sujeito do feminismo e o pós-estruturalismo. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, n.13, v.3, p. 483-505, 2005.
- _____. Modernidade e crítica da modernidade: a Sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 30, p. 345-372, 2008.
- NUSSBAUM, M. *Las mujeres y el desarrollo humano*. Barcelona: Herder Editorial, 2002.
- RAWLS, J. *Uma teoria da justiça*. 3a ed. Revisão Técnica: Álvaro de Vitta. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- SARTI, C. A. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 12, n. 2, p. 35–50, maio-agosto 2004.
- SEN, Amartya Kumar. *Desigualdade reexaminada*. Tradução e apresentação: Ricardo Doninelli Mendes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.
- TRAD, Leny A. Bomfim. *Família contemporânea e saúde: significados, práticas e políticas públicas*. SciELO-Editora FIOCRUZ, 2010.